

Legislação Complementar Habitação de Interesse Social

IMPORTANTE:

Esta legislação básica tem como objetivo nortear os estudos dos candidatos que optarem por realizar os Exames de Certificação com o Módulo adicional de Habitação de Interesse Social.

O conteúdo deste documento é complementar à Bibliografia Básica dos Exames de Certificação e não se restringe apenas as legislações citadas, sendo responsabilidade dos candidatos relacionarem a relação apresentada ao Conteúdo Programático do Exame.

Tipo	Ementa
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	Dispõe sobre habitação como direito social, direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, salário-mínimo capaz de atender necessidades vitais básicas, competências da União, Estados e Municípios que institui diretrizes para o desenvolvimento urbano nos seguintes artigos: Art 6º, 7º - IV, 21º - XX, 23º - IX, 182º, 183º, 187º - VIII.
Lei 10.257 de 10/07/2001	Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. (Artigos 2º - I, XV, XIX, 3º - III, 4º - V “h”, § 2º, 9º)
Lei 11.977 de 07/07/2009	Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
Lei 12.424 de 16/06/2011	Altera a Lei no 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, as Leis nos 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
Lei 13.043 de 13/11/2014	Lei nº 13.043 - dispõe sobre os fundos de índice de renda fixa, sob a responsabilidade tributária na integralização de cotas de fundos ou clubes de investimento por meio da entrega de ativos financeiros; sobre a tributação das operações de empréstimos de ativos financeiros; sobre a isenção de imposto sobre a renda na alienação de ações de empresas pequenas e médias; prorroga o prazo de que trata a lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011; e dá outras providências
Lei 14.118 de 12/01/2021	Institui o Programa Casa Verde e Amarela; altera as Leis números 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.100, de 5 de dezembro de 1990, 8.677, de 13 de julho de 1993, 11.124, de 16 de junho de 2005, 11.977, de 7 de julho de 2009, 12.024, de 27 de agosto de 2009, 13.465, de 11 de julho de 2017, e 6.766, de 19 de dezembro de 1979; e revoga a Lei nº 13.439, de 27 de abril de 2017.
Lei Nº 14.620 de 13/07/2023	Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 (Lei da Desapropriação), a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei dos Registros Públicos), a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 (Lei do FGTS), a Lei nº 8.677, de 13 de julho de 1993, a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, a Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, a Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), a Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), a Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, a Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), a Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, e a Lei nº 14.382, de 27 de junho de 2022, e revoga dispositivos da Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021.
Decreto Nº 9.958 de 8/08/2019	Dispõe sobre o Comitê de Participação no Fundo Garantidor da Habitação Popular.

Decreto 7.499, de 16/06/2011	Regulamenta dispositivos da Lei no 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, e dá outras providências.
Decreto 7.825, de 11/10/2012	Altera o Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011, que regulamenta dispositivos da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida.
Decreto Nº 11.439 de 17/03/2023	Regulamenta a Medida Provisória nº 1.162, de 14 de fevereiro de 2023, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida.
Instrução Normativa MCIDADES 30, de 15/10/2012	Regulamenta o Programa Carta de Crédito Individual.
Instrução Normativa MCIDADES 32, de 19/11/2013	Dá nova redação à Instrução Normativa nº 30, de 15 de outubro de 2012, que regulamenta o Programa Carta de Crédito Individual.
Instrução Normativa MCIDADES 22, de 14/12/2015	Regulamenta o Programa Carta de Crédito Individual.
Instrução Normativa MCIDADES 30, de 30/12/2015	Dá nova redação à Instrução Normativa nº 22, de 14 de dezembro de 2015, que dispõe sobre o Programa Carta de Crédito Individual.
Instrução Normativa MDR 2, de 21/01/2021	Instrução Normativa do Ministério do Desenvolvimento Regional nº2, de 21 de janeiro de 2021 - Regulamenta o Programa de Regularização Fundiária e Melhoria Habitacional, integrante do Programa Casa Verde e Amarela, destinado ao atendimento de necessidades habitacionais e a garantir a segurança na posse de moradia de famílias de baixa renda.
Portaria Interministerial MTE nº 2 de 31/03/2015	Enuncia regras sobre o cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condição análoga à de escravo e revoga a portaria interministerial nº 2, de 12 de maio de 2011.
Portaria Interministerial MCIDADES/MF/MPOG 409, de 31/08/2011	Dispõe sobre as operações de crédito com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, contratadas no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, para os fins que especifica.
Portaria Interministerial MCIDADES/MF/MPOG nº 617, de 29/12/2011	Dá nova redação ao art. 3º da Portaria Interministerial nº 409, 31 de agosto de 2011, que dispõe sobre as operações de crédito com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, contratadas no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV.
Portaria MCIDADES 363, de 11/08/2011	Dispõe sobre as operações de crédito com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, contratadas no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, para os fins que especifica.
Portaria MCIDADES nº 542, de 23/11/2011	Dá nova redação ao art. 4º da Portaria nº 363, de 11 de agosto de 2011, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre as operações de crédito com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, contratadas no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV.
Portaria MCIDADES nº 591, de 10/12/2012	Dá nova redação ao art. 4º da Portaria nº 363, de 11 de agosto de 2011, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre as operações de crédito com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, contratadas no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV.

Resolução CCFGTS 688, de 15/05/2012	Dispõe sobre condições para contratação de operações de financiamento no âmbito dos programas habitacionais do FGTS.
Resolução CCFGTS 702, de 04/10/2012	Estabelece diretrizes para elaboração das propostas orçamentárias e aplicação dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e dá outras providências.
Resolução CCFGTS 704, de 31/10/2012	Determina a inclusão de cláusula de fornecimento de informações nos contratos das operações de empréstimo e financiamento com recursos do FGTS.
Resolução CCFGTS 732, de 29/10/2013	Aprova os Orçamentos Financeiro, Operacional e Econômico do FGTS, para o exercício de 2014, e o Orçamento Plurianual de Aplicação, para o período 2015/2017.
Resolução CCFGTS 733, de 29/10/2013	Altera o art. 22 da Resolução nº 702, de 2012, que estabelece diretrizes para elaboração das propostas orçamentárias e aplicação dos recursos do FGTS, e dá outras providências.
Resolução CCFGTS 734, de 18/11/2013	Altera o inciso II do art. 2º da Resolução nº 733, de 29 de outubro de 2013.
Resolução CCFGTS 747, de 14/05/2014	Aprova a Reformulação dos Orçamentos Financeiro, Operacional e Econômico do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, para o exercício de 2014, e o Orçamento Plurianual de Aplicação, para o período 2015/2017.
Resolução CCFGTS 790, de 29/10/2015	Dá nova redação à Resolução nº 702, de 4 de outubro de 2012, que estabelece diretrizes para elaboração das propostas orçamentárias e aplicação dos recursos do FGTS, e outras providências.
Resolução CCFGTS 792, de 08/12/2015	Dá nova redação aos arts. 2º e 3º da Resolução nº 790, de 27 de outubro de 2015.
Resolução CCFGTS 977, de 08/09/2020	Altera a Resolução no 702, de 2012, que estabelece diretrizes para elaboração das propostas orçamentárias e aplicação dos recursos do FGTS.
Resolução CCFFDS 225, de 17/12/2020	Resolução Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social (CCFDS) - Aprova o Programa de Regularização Fundiária e Melhoria Habitacional, integrante do Programa Casa Verde e Amarela.
Resolução CMN 3.811, de 19/11/2009	Dispõe sobre a cobertura securitária prevista no art. 2º da Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001, com redação dada pela Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009.
Resolução CMN 3.919, de 25/11/2010	Altera e consolida as normas sobre cobrança de tarifas pela prestação de serviços por parte das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e dá outras providências.
Resolução Nº 4.676, de 31/07/2018	Dispõe sobre os integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e do Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI), as condições gerais e os critérios para contratação de financiamento imobiliário pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e disciplina o direcionamento dos recursos captados em depósitos de poupança.

Resolução CMN n° 4.881 de 23/12/2020	Dispõe sobre o cálculo e a informação do Custo Efetivo Total (CET) relativo a operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro.
Resolução SUSEP 447, de 10/10/2022	Dispõe sobre o seguro habitacional.